

MATERNIDADES E ACADEMIA: EXPERIÊNCIAS ANALÍTICAS E POLÍTICAS

Sabrina Finamori ¹ e Gisele Camilo da Mata ²

Resumo

Neste artigo, buscamos problematizar a maternidade no cotidiano das universidades como uma questão que traz dimensões reflexivas para a experiência de ensino-aprendizagem, para as relações intersubjetivas e para as problematizações teórico-analíticas produzidas na academia. Nossas análises sobre as relações entre maternidades e academia partem de nossas experiências como mães e pesquisadoras de temas relativos à maternidade e, em específico, sobre vivências e teorizações em torno da maternidade solo e do uso da terminologia monoparentalidade. É, então, a partir desse encontro entre as autoras, mas também delas com outras parceiras intelectuais e experienciais na academia que este texto busca problematizar como a construção de questões, a um só tempo, teóricas, políticas e experienciais, se dá atravessada pela experiência da maternidade como um marcador social da diferença.

Palavras-chave: Maternidade; ensino superior; ambiente acadêmico-científico; marcador social da diferença.

MATERNITIES AND UNIVERSITY: ANALYTICAL AND POLITICAL EXPERIENCES

Abstract

In this article, we analyze motherhood in the everyday life of universities as an issue that brings reflective dimensions to the teaching-learning experience, to the intersubjective relations, and to the theoretical-analytical problematizations produced in the university. Our analysis of the relationship between motherhood and the academy is based on our experiences as mothers and researchers on topics related to motherhood and, specifically, on experiences and theorizations around solo motherhood and the use of the terminology of single parenthood. It is, then, from this encounter between the authors, but also between them and other intellectual and experiential partners in the academy, that this text seeks to problematize how the construction of questions, at the same time, theoretical, political, and experiential, is crossed by experience. of motherhood as a social marker of difference.

Keywords: Motherhood; University education; academic-scientific environment; social marker of difference

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professora do Programas de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agradecimento ao CNPq pelo financiamento concedido à pesquisa "Maternidade solo": parentalidades, conjugalidades e noções de família.

² Mestre em Educação e Docência – PROMESTRE/FaE/UFMG, pesquisadora do Grupo Pedagogia da Prática/NEPPCOM, Embaixadora Parent in Science/UFMG e colunista do Núcleo Materna.



1. Introdução

Neste ensaio teórico, de cunho autoetnográfico, propomos uma reflexão acerca da maternidade no contexto universitário, tendo em vista nossas próprias experiências. Situando as mudanças no ambiente universitário transcorridas nas últimas duas décadas a partir de nossas posições como estudantes, pesquisadoras, mães e docente, as autoras refletem sobre o modo como as dimensões experienciais da maternidade se imbricam ao contexto político, às relações de ensino-aprendizagem e às problematizações teórico-analíticas produzidas na academia. Argumentamos que a maternidade é um marcador central para se refletir interseccionalmente sobre o ambiente acadêmico-científico, tanto no que diz respeito às relações cotidianas estabelecidas dentro e fora de sala de aula como também aos modos de fazer ciência e refletir criticamente sobre categorias analíticas a partir de uma perspectiva posicionada e de um conhecimento corporificado (HARAWAY, 1995).

2. Maternidades em suas intersecções³

No início dos anos 2000, enquanto estudante branca, pertencente à primeira geração de sua família a ingressar numa universidade, a primeira autora sentia que a questão da maternidade era altamente invisibilizada no ambiente acadêmico. Pouco tematizada como parte da experiência de estudantes, pesquisadoras e professoras universitárias, a maternidade, para mulheres de sua geração, era algo a ser postergado e cujos efeitos deveriam ser ponderados tendo em vista a temporalidade dos longos anos de formação. Publicamente, a maternidade era pouco vocalizada como um marcador social que potencialmente promovia exclusões ao longo do processo de formação e inserção profissional, mas em conversas privadas a questão era, muitas vezes, mobilizada com angústia e dúvida. Das inúmeras dificuldades em vivenciar a maternidade como estudante aos eventuais efeitos que uma corporalidade grávida poderia promover em uma banca avaliadora, tais questões foram balizas importantes para as escolhas de muitas mulheres jovens naquele período.

Em 2016, a primeira autora adentra uma universidade federal como docente concursada, na particular condição de estar vivenciando ao mesmo tempo o finalzinho de uma gestação. O ingresso em um novo ambiente profissional associado à maternidade num horizonte tão próximo, trouxe emoções intensas e uma série de desafios, mas o contexto de debate era bastante distinto, havendo uma tematização muito mais intensa da parentalidade no ambiente universitário.

Para a segunda autora, a máxima “a maternidade é transformadora” constitui-se não apenas uma frase senso comum, mas é a representação das mudanças que viveu para além da relação mãe-filhos/as. Isso porque essa vivência proporcionou um olhar mais direcionado às questões sociais e às políticas públicas não só para mulheres mães, mas principalmente para crianças.

³ Optamos por acionar os termos primeira e segunda autora para identificar nossas experiências particulares e a primeira pessoal do plural quando nos posicionamos conjuntamente.



Mulher negra, mãe solo e mãe atípica, feminista e pesquisadora da temática da maternidade em perspectiva crítica e decolonial. A atipicidade aqui evocada informa a condição de maternagem com uma criança diagnosticada dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A segunda autora situa dois pontos relevantes ao trazer sua trajetória, o primeiro é que suas análises sobre maternidade se ancoram no debate feminista negro, e o segundo é justamente que ao fazê-lo assume um posicionamento de não neutralidade científica nesse processo. Isso porque ao trazer suas próprias vivências da maternidade, por um lado, promove uma quebra com o distanciamento apregoado pela academia, por outro apresenta suas percepções enquanto mulher negra, mãe solo e atípica – questões políticas, sociais e culturais mobilizadas neste artigo. Simultaneamente, convoca à inclusão de maternidade - enquanto fenômeno e marcador social das diferenças - nas abordagens como movimento de mudança epistêmica.

Ser mãe solo, principalmente uma mãe negra solo, é sentir cotidiana e profundamente as mazelas de uma sociedade estruturada pelo racismo (assim como pelo machismo e capitalismo) em suas bases social, econômica e política. Essa condição traz intrinsecamente a dupla sobrecarga do trabalho remunerado e não remunerado. No caso da segunda autora, cursar o mestrado representa, individualmente, a realização de um sonho pessoal e profissional, e coletivamente a realização de sonhos ancestrais. Sendo esse um dos motivos mais importantes que a moveu para a conclusão desse processo mesmo e apesar de ter uma pandemia mundial como intercorrência (MATA, 2022).

A experiência parental (materna ou paterna) está longe de ser homogênea, tanto em sua diversidade de vivências individuais, como também pelo modo como se entrelaça a outros marcadores sociais da diferença (como classe, sexualidade e geração). A conjunção da maternidade (ou paternidade) com a condição de estudante é, frequentemente, descrita como desafiante, mas entrelaçada a outros marcadores pode significar percalços ainda maiores, como em condições economicamente desfavoráveis, sendo uma mulher negra ou na condição de monoparentalidade. Nas variadas posições que ocupamos ao longo de nossas trajetórias, como estudante e professora, com e sem filhos/as, em distintas posições de classe e identificações raciais, vivenciamos e presenciamos circunstâncias que variavam da comiseração do corpo docente à exclusão, de fato, de pessoas com crianças de ambientes acadêmicos.

Ao trazermos a maternidade em suas intersecções com outros marcadores sociais da diferença mobilizamos uma noção de interseccionalidade menos preocupada com uma definição fechada sobre o que a interseccionalidade é e mais com o que ela faz (CHO, CRENSHAW; MCCALL, 2013), isto é, tomamos a interseccionalidade como uma prática, inclusive analítica (COLLINS; BILGE, 2021). Levamos, assim, em conta, que os marcadores sociais, como raça, gênero, classe, sexualidade, não se manifestam como domínios distintos da experiência ou como entidades mutuamente excludentes, mas são categorias que se sobrepõem. Ao mobilizarmos as experiências interseccionais de maternidade no campo educacional buscamos mostrar tanto situações de

desigualdade como também formas de ativismo conformadas por respostas interseccionais. Acionamos a noção de experiência não como uma evidência ou diretriz para a verdade, mas considerando suas potencialidades de historicizar identidades (SCOTT, 1998).

Ainda que seja difícil demarcar os fatores que impulsionaram a tematização da experiência parental nas universidades nos anos 2010, há alguns elementos que, de nosso ponto de vista, são importantes para a mudança deste cenário. Entre eles: o nascimento do movimento *Parent in Science*, em 2016, com o objetivo de discutir a parentalidade dentro da academia brasileira⁴; o crescimento da problematização sobre a maternidade como experiência política nas redes sociais nos anos 2010 e a implementação das políticas de ação afirmativa em 2012, que trouxe para a universidade interpelações variadas a partir de epistemologias não-hegemônicas e da própria experiência de estudantes que passam a pôr em xeque a relação sujeito-objeto de conhecimento dentro das salas de aula.

Sobre este último ponto, é importante apontar que o contexto mais amplo das políticas de ações afirmativas trouxe para o cotidiano universitário discussões específicas sobre os marcadores sociais da diferença. O debate em torno da questão racial, a partir da lei de cotas⁵, ganhou envergadura e trouxe contornos instigantes. Tratava-se não apenas da entrada de estudantes na universidade, mas também de um convívio entre pessoas negras, constituição de coletivos, leituras compartilhadas, manifestações de estéticas corporais e, de modo intenso, interpelações dentro e fora de sala de aula sobre o modo como o conhecimento é produzido (COLEN; JESUS, 2022).

Ao trazer esse contexto das ações afirmativas, nossa intenção não é equiparar a maternidade a outros marcadores que compuseram de modo efetivo a lei de cotas, como classe, raça e deficiência, mas sublinhá-lo como um ponto de inflexão nos debates travados no cotidiano universitário em todos os seus eixos, de ensino, pesquisa e extensão. As ações afirmativas propiciaram não só a constituição de um corpo estudantil muito mais diverso que em décadas anteriores como também trouxeram novos debates para a sala de aula e para a pesquisa acadêmica. Nessa direção, argumentamos que, entre os muitos efeitos da lei de cotas, um deles foi criar um ambiente de debate sobre os marcadores sociais da diferença, menos como questões teórico-analíticas e mais como dimensões pertinentes às dinâmicas de sala de aula, às formas como produzimos conhecimento e ao convívio cotidiano na universidade. Ao promoverem esse giro, propiciaram que outras pautas e outros marcadores viessem à tona e tensionassem tanto epistemologias hegemônicas como também as relações de ensino-aprendizagem.

⁴ O movimento se estendeu, desde seu surgimento, continuamente para outras universidades promovendo o debate sobre o impacto da maternidade e da paternidade nas carreiras científicas. Para mais informações, conferir o site do movimento: <https://www.parentinscience.com/>. Acesso em jan/2023.

⁵ BRASIL. Lei. n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm



2. Mães e pesquisadoras – professoras e alunas

O encontro entre a primeira e a segunda autora, ainda que não conformado diretamente na interação professora-aluna, se dá no contexto das movimentações em torno da reivindicação de direitos relativos à maternidade no cenário universitário e também do debate teórico sobre maternidade solo, categoria particularmente relevante para se pensar redes de apoio, políticas públicas e mesmo a reconfiguração de terminologias e relações de parentesco. Se a antropologia tem sido pródiga em problematizar a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998), as afetações do campo (FAVRET-SAADA, 2005), o conhecimento situado (HARAWAY, 1995; OLIVEIRA, 2017) parece razoável situar também os diálogos intergeracionais entre professoras e alunas em nossas empreitadas intelectuais e experienciais. É, então, a partir desse encontro entre as autoras, mas também delas com outras parceiras intelectuais/experienciais na academia que este texto busca problematizar como a construção de questões, a um só tempo, teóricas, políticas e experienciais, se dá, em sala de aula e na produção científica, atravessada pela experiência da maternidade.

Tendo pesquisado temáticas relativas à família e parentesco no campo da antropologia, a primeira autora sempre esteve às voltas com bibliografias que abordavam a variedade de modelos de família e que tendiam a nominar as frequentes formações familiares em que apenas a mãe é responsável pelo cuidado de seus/suas filhos/as como famílias monoparentais. Ainda que esse modelo não seja generificado, a princípio, podendo ser composto tanto por um pai e seus/suas filhos/as como por uma mãe e seus/suas filhos/as, esta última composição é estatisticamente muito mais frequente (BERQUÓ, 2002; CAVENAGHI; ALVES, 2018). Ainda assim, as implicações do gênero da terminologia que remete ao masculino universal têm sido pouco problematizadas na academia.

Trabalhando com questões de gênero e família e tornando-se mãe logo após seu ingresso como professora numa universidade federal, em 2016, a primeira autora esteve próxima não só da temática da maternidade como pesquisadora, mas também por meio de sua vivência como mãe. A experiência era ainda compartilhada com alunas e colegas, muitas das quais, elas próprias, também mães e pesquisadoras de questões relativas à maternidade, algumas delas altamente envolvidas em debates virtuais sobre maternidade e que tinham aderido à terminologia mãe solo, fosse para nomear a própria experiência ou para problematizar o campo acadêmico. A pesquisa da primeira autora passa, assim, a se focar nas discursividades em torno da maternidade solo, como um campo particular de pesquisa em que feminismos contemporâneos se desdobram, refletindo, posteriormente, sobre os possíveis tensionamentos que esse debate poderia trazer para a análise antropológica do parentesco. Nesta direção, o debate é considerado particularmente profícuo para se pensar redes de apoio, políticas públicas e mesmo a reconfiguração de terminologias e relações de parentesco – recusar-se à estigmatizante categorização como “mãe

solteira”, que vincula maternidade à conjugalidade significa pôr em xeque uma noção nuclear de família como algo mais valoroso. (FINAMORI; BATISTA, 2022)

Durante a formação de pesquisadora da segunda autora, as resistências enfrentadas nesse percurso tiveram, velada ou explicitamente, atravessamentos racistas e machistas. Vivenciar esse momento trouxe diversos gatilhos que se correlacionam diretamente à pesquisa e à manutenção da saúde mental, emocional e física. Sobretudo quando se é mãe solo, uma vez que não se tem com quem compartilhar a responsabilidade das crianças, então, é preciso, como diz o ditado popular “finçar o toco”, em outras palavras, firmar-se para você e para as crianças. Essa talvez tenha sido uma das experiências mais intensas e marcantes da trajetória no mestrado.

Paralelamente, ao tensionar e problematizar sobre ser mulher negra, mãe atípica em formação acadêmico-científica como proposta de mudança epistêmica, a segunda autora corrobora com o apontamento que intitula o livro de Giovana Xavier ao informar à academia brancocêntrica e eurocêntrica, que é possível “substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando suas próprias histórias” (XAVIER, 2019 82). Esse movimento intenta ainda abranger e designar a experiência da maternidade em geral e da maternidade atípica, em particular, no percurso de formação do mestrado, com todas as escolhas (im)possíveis que se impõe. Especialmente ao se considerar que, em muitas situações, os caminhos simplesmente são configurados, não há possibilidade real de escolha.

Para pensar a realidade de escolhas (im)possíveis das estudantes-mães da UFMG frente à vivência da maternidade e formação acadêmico-científica, retoma-se a análise de Winnie Bueno (2020) na obra “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento” de Patricia Hill Collins⁶, quando nos convoca à reflexão sobre como histórica e culturalmente, “apesar de ninguém conhecer os problemas pelos quais a mulher negra passe, todos sentem-se qualificados para qualificar sua maternidade, até pra ela mesma” (BUENO, 2020, p. 79). Compreendendo como premissa fundamental que, aliada a um olhar interdisciplinar nos discursos que cercam a maternidade intersectada por raça, gênero, classe e deficiência contribuem para pensarmos sobre a construção discursiva da sujeita mãe como a entendemos e a reconhecemos contemporaneamente em nossa sociedade.

O aporte teórico do feminismo negro (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2003; BAIRROS 2008; DAVIS, 2016; COLLINS, 2019; BUENO, 2020) sustenta o debate sobre maternidade, universidade e ciência atravessado por raça, gênero e classe. É no pensamento da socióloga afro-americana Patricia Hill Collins, especificamente pelo uso do conceito de imagem de controle que se desenvolve a pesquisa da segunda autora. Collins (2019) defende:

⁶ No original *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Lançado em sua primeira edição em 1990. Segunda edição lançada em 2000. Importante destacar que no Brasil, a primeira edição traduzida foi em julho de 2019 pela Editora Boitempo. O que representou uma lacuna de quase 30 anos após a primeira edição.



[...] como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição da mulher negra. Para tal, exploram símbolos já existentes, ou criam novos. [...] Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. (COLLINS, 2019, p. 135-136).

Trazendo à tona as implicações de como se atualizam no contexto brasileiro, desde o período de colonização e escravização até a modernidade, os discursos, as relações, as percepções e as construções dos papéis sociais, especialmente no estabelecimento cultural, político e social da categoria mãe. Importa destacar que a segunda autora, primeiro, fez a transposição do conceito “imagem de controle” do contexto estadunidense para à realidade brasileira e, depois, mobilizou-o para pensar as vivências das estudantes-mães da UFMG.

Assim, para aprofundar os estudos sobre maternidade, universidade e ciência, em paralelo à pesquisa, um caminho trilhado pela segunda autora foi participar como Embaixadora do movimento *Parent in Science* na universidade da qual faz parte. Esse movimento debate a parentalidade na ciência e o impacto da maternidade para as cientistas, bem como contribui para a elaboração e implementação de ações e políticas institucionais na universidade. Exemplo dessa frente de atuação é a constituição de um grupo de trabalho sobre maternidade na instituição.

A diversidade, pluralidade e complexidade das experiências de maternidades são inegáveis. Por isso mesmo, urge ampliar o conceito acerca da maternidade no Brasil que, histórica, simbólica, cultural e socialmente convencionou conformar essas vivências no âmbito privado/doméstico. Arelou-se a maternidade à conjugalidade e elegeu-se, em nossa sociedade, esse modelo como hegemônico. É subversiva, e um desafio aberto ao patriarcado, a presença de mulheres mães na universidade, na pesquisa e na ciência. Nesse sentido, é imperativo estratégias de resistência e permanência, bem como o acionamento de redes de apoio no ambiente acadêmico-científico. Movimento que acontece desde a própria afirmação da maternidade como fenômeno social e político, como pela ocupação de corporalidades maternas – e mesmo das infâncias – nas diversas áreas de produção do conhecimento e da ciência.

Em relação ao acionamento da terminologia maternidade solo, as inquietações da primeira autora em torno das formas de se nominar experiências monoparentais femininas foram alimentadas no curso da construção de um projeto de pesquisa centrado nas discursividades contemporâneas, propagadas sobretudo em produções audiovisuais veiculadas em redes sociais, de mulheres que se autodenominam mães solas. Propondo a expressão mãe solo em substituição à terminologia, bastante estigmatizada, mãe solteira, muitas dessas problematizações apresentavam uma crítica feminista às desigualdades de gênero nas relações familiares e no processo reprodutivo em particular,

colocando em xeque a correlação persistente entre filiação e conjugalidade. No caso da segunda autora, uma das principais questões da pesquisa concentra-se em compreender, a partir dos estudos críticos da maternidade, os discursos sobre maternidade que transitam nos espaços sociais e as vivências de mulheres mães no ambiente acadêmico-científico.

Nossos interesses pessoais e analíticos encontram-se, assim, na questão da maternidade, convergindo-se, de modo mais específico, nos usos pouco problematizados das terminologias analíticas. Neste sentido, trazemos também à tona uma importante problematização teórica em torno da relação entre maternidade como experiência de vida das estudantes e pesquisadoras e seus efeitos nas pesquisas, questão esta que, nos últimos anos, muitas antropólogas brasileiras têm problematizado a partir desta posição experiencial (TEMPESTA, CARNEIRO; FLEISHER, 2018; MULLER, RODRIGUES; PIMENTEL, 2015). Nossa reflexão visa se somar a essas contribuições a partir dos tensionamentos que a maternidade, como marcador, produz no processo de ensino-aprendizagem na universidade e nas terminologias científicas acionadas para nominar experiências sociais.

3. Maternidade solo como terminologia política e analítica

Como narramos no início, a primeira autora chegou à universidade ao final de uma gravidez e, pouco depois, deu início à pesquisa sobre maternidade solo. Esta conjugação, da maternidade como experiência e como campo de pesquisa, de certo modo, criou um polo de atração para outras alunas que eram também mães, sendo ou não pesquisadoras de questões relativas à família e parentesco. A partir daí, foi convidada a mediar debates, participou de movimentos sobre maternidade e estabeleceu uma interlocução com alunas de graduação e pós-graduação, muitas das quais se identificavam, elas próprias, como mães solo. Se a expressão mãe solo adentrou, há alguns anos, os espaços mais politizados de debate dentro da universidade, seu uso em trabalhos acadêmicos não acompanhou do mesmo modo essa inserção. Ao apresentar os primeiros resultados da pesquisa em andamento sobre maternidade solo, a primeira autora se deparou com insistentes questionamentos sobre a existência de uma paternidade solo como contraparte da maternidade solo, posição que desconsiderava, muitas vezes, as distintas expectativas sociais em relação à maternidade e à paternidade, subentendendo uma pretensa paridade à priori entre experiências monoparentais, maternas ou paternas.

Dadas as desigualdades de poder dentro do próprio campo acadêmico, entre estudantes e docentes, a possibilidade de questionamento de conceitos analíticos tanto quanto a proposição de novas terminologias, provenientes de movimentos sociais, é muito mais desafiante para quem está na condição de estudante. A segunda autora viveu, assim, questionamentos ainda mais incisivos em torno do próprio uso da terminologia mãe solo numa pesquisa acadêmica ao invés da forma consagrada e bem estabelecida "monoparentalidade feminina". O acionamento da terminologia na pesquisa da autora foi visto, inicialmente, com muita reserva e resistência por parte do corpo docente. A princípio pelo uso

de uma terminologia distinta da estabelecida no cânone acadêmico e, em paralelo, por nomear a própria experiência e tomar para si a responsabilidade de narrá-la em primeira pessoa.

A reserva que pode se apresentar e pode ser entendida pela consciência de que a ação de nomear e narrar a própria história representa tanto um privilégio, como um exercício de poder. Compreendendo que esse poder se configura como possibilidade de subverter estruturas hegemônicas e opressoras. Ao mesmo tempo essa implicação direta nas análises, ancorada no pensamento feminista negro, é estratégia de resistência das mulheres negras. Tal como apresenta Collins (2019), as mulheres negras se autodefinindo.

Das estratégias de resistência para a permanência e conclusão da formação científica mobilizadas pela segunda autora, uma delas foi tecer redes de apoio com outras estudantes-mães graduandas e pós-graduandas. Inicialmente em coletivo na UFMG e, sequencialmente, em outras universidades por meio da participação e organização de cursos de extensão voltados à temática da maternidade com perspectiva teórico-crítica. Transitar por esses espaços de produção do conhecimento e conectar-se a outras vivências da maternidade representou estratégia eficaz de fortalecimento, reconhecimento, construção de laços, identidade e afeto.

É a partir desses questionamentos que a interlocução entre as duas autoras se estabelece. Nessa direção, um dos pontos que gostaríamos de levantar a partir dos tensionamentos que vivemos em apresentações públicas das pesquisas é apontar para a historicidade tanto de terminologias descritivas quanto das terminologias analíticas. A forma menos polêmica e que teria nos causado menores tensionamentos ao descrever as experiências que analisamos (e/ou experienciamos) é monoparentalidade, termo, que a despeito de, contemporaneamente, ser visto como cientificamente mais neutro, é também marcado por dimensões políticas. Proposto por sociólogas feministas francesas, nos anos 1970, o termo em francês "monoparentalité" tinha por objetivo primeiro diminuir os estigmas que recaem sobre famílias chefiadas por mulheres, acionando uma forma de nomenclatura que não distinguisse configurações familiares que, usualmente, estão em espectros opostos da valoração moral, como "mães viúvas" e "mães solteiras" (LEFAUCHEUR; MARTIN, 1993).

Nas pesquisas acadêmicas brasileiras, outras terminologias foram também acionadas com diferentes intensidades em cada área acadêmica. Na Demografia, a tipologia "mulher chefe de família" foi bastante mobilizada nas décadas de 1980 e 1990 e, posteriormente, problematizada pelas pesquisas censitárias que vieram a substituir chefia" por "responsabilidade feminina". Na Antropologia, esse debate terminológico também comparece e, em algumas pesquisas, são sugeridas outras formas mais adequadas para nomear a realidade pesquisada, como "unidade mãe-filho" (FONSECA, 2004). Vale notar, contudo, que a expressão "mãe solteira", a despeito de todo estigma que recai sobre ela, é ainda socialmente muito difundida e não deixa de continuar a ser

extensamente acionada (SARTI, 2007; SCOTT, 2011), a despeito de todas as implicações analíticas que traz ao conjugar parentalidade a conjugalidade.

É somente no século XXI e a partir de problematizações políticas sobre a experiência da maternidade que outra terminologia, mãe solo, entra em cena, primeiro nas redes sociais para, então, ir ganhando terreno em trabalhos acadêmicos. A proposição da expressão mãe solo, num primeiro momento, relaciona-se a uma crítica às formas de se nominar a experiência monoparental feminina, especialmente no que diz respeito à estigmatização que recai sobre a terminologia “mãe solteira”. Iniciado nas redes sociais por mulheres que vivenciavam a experiência monoparental, o debate é impulsionado por produções culturais, como as tirinhas de Thaiz Leão (2016; 2019) e os vídeos do canal de *youtube* Hel⁷. Acionando reflexões bem humoradas a partir de uma perspectiva crítica, essas produções levantavam densas reflexões sobre o exercício da parentalidade dentro e fora de contextos conjugais, a divisão do trabalho do cuidado no âmbito do parentesco, as noções normativas de família e as expectativas sociais em torno da maternidade e da paternidade. Em oposição a uma ideia de “romantização da maternidade”, segundo a qual, a maternidade seria uma experiência instintiva pautada pela plenitude e alegria, mobilizavam o termo “maternidade real” para descrever não só as dificuldades, mas enfatizar a diversidade de experiências que marcam seu exercício. É a partir desse contexto que vocalizam uma reivindicação pela partilha social do processo reprodutivo, num sentido que transcenda a família, estando presente nos variados ambientes de uma sociedade, tanto por meio de direitos legais como também da mudança na perspectiva social sobre a infância e o cuidado.

Trazida para o debate especialmente por estudantes e pesquisadoras, em graus iniciais de formação, que acompanhavam muitas das discussões virtuais sobre o tema e se autoidentificavam como mães solo, a expressão apresenta, argumentamos, pertinentes tensionamentos em relação à problematização sobre o que convencionalmente nominaríamos como experiência monoparental feminina, em termos de gênero mais diretamente, mas também de raça e classe.

A primeira autora, a despeito de uma trajetória de vida mais marcada pelo pertencimento às camadas populares, torna-se mãe num contexto em que, já completada sua formação acadêmica, gozava dos privilégios de classe do recém-ingresso na carreira acadêmica. Desse modo, se a proximidade experiencial da maternidade apresentava canais importantes de comunicação com alunas, a primeira autora também vivia, nesta interlocução, a alteridade de classe e raça numa experiência materna demarcada pelo privilégio branco e pela estabilidade ao acesso a determinados recursos das classes médias.

A experiência da segunda autora condensa as questões de raça, classe e gênero que se interseccionam e impactam em sua trajetória acadêmico-científica. A maternidade chega antes do ingresso no mestrado, contudo essa entrada ou continuação da carreira - podemos dizer tardia na universidade - tem incidência de elementos sociais e políticos do contexto brasileiro, por exemplo ter cursado a primeira graduação em uma instituição privada de ensino em

⁷ <https://www.youtube.com/c/hel?app=desktop>. Acesso em: 08 fev. 2023.



momento anterior à democratização do acesso ao ensino superior, movimento promovido pela mudança política no país nos governos de 2004 a 2016. Inclusive, foi nesse momento, que a segunda autora realizou a segunda graduação e, também, a especialização. Ambas as formações ocorreram na mesma instituição, dessa vez, porém, em uma universidade pública.

Esse resgate de sua trajetória acadêmica retrata um pouco do contexto histórico e político do país, e nos permite perceber que o acesso à universidade pública aconteceu como segunda formação acadêmica. Esse dado nos convida a refletir sobre como, para uma parcela da população que chegou à universidade por meio das políticas de democratização de acesso ao ensino superior, isso não se deu no primeiro acesso. Nota-se contudo, que essa mudança no cenário político do país proporcionou abertura aos diversos perfis que ingressaram na educação superior. É justamente nesse momento que a autora retoma o interesse e os processos para continuidade da carreira acadêmico-científica. Entretanto, com a intercorrência da maternidade em paralelo foi necessário adiar os planos por pelo menos dois anos. E apesar de as crianças ainda estarem na fase de maior cuidado, a primeira infância compreendida de 0 a 6 anos, participou da seleção de mestrado e foi aprovada na segunda tentativa. Essas questões demonstram muito das resistências externas, trazidas neste artigo, como obstáculos a sua continuidade e ingresso em um programa de pós-graduação.

Trata-se também de um cenário, como descrevemos anteriormente, em que importantes questões são trazidas para a universidade, com a consolidação das políticas de ações afirmativas, que tensionam as políticas epistemológicas, trazendo debates sobre raça, gênero, deficiência, maternidade, menos circunscritos à sua dimensão teórica, mas tomados também como parte entranhada à política cotidiana do ambiente acadêmico e tensionando epistemologicamente campos específicos de conhecimento⁸.

Ao tomarmos a maternidade como questão de pesquisa, nos deparamos com uma forte influência de perspectivas feministas sobre o tema em variadas disciplinas, resultando em enquadramentos bastante diversos, tais como o trabalho materno como uma prática (RUDDICK, 1992); a relação com a psicanálise (CHODOROW, 1978); a construção histórica da noção de instinto materno (BADINTER, 1985); ou mesmo a dupla apreensão da maternidade como fonte, a um só tempo, de opressão e poder (RICH, 1976). O campo do feminismo negro traz, no entanto, reflexões que têm sido fundamentais para problematizar a heterogeneidade da experiência da maternidade tanto quanto os tensionamentos entre os ativismos maternos e o campo mais amplo dos feminismos (COLLINS, 2019).

É a partir dessa leitura crítica propostas pelo feminismo negro que a segunda autora situa sua relação e identificação com a expressão mãe solo e não mãe solteira. A segunda autora, conceitua, em sua pesquisa, mãe solo como a mulher que precisará lidar sozinha, por exemplo com as demandas do cuidado,

⁸ Luena Pereira (2020) traz uma importante reflexão a este respeito refletindo sobre como mudança no perfil de cientistas sociais estaria desafiando a ideia de um nós antropológico.



da educação, da saúde e do trabalho. Significa ainda que irá tomar todas as decisões – e suas consequências quaisquer que sejam – de forma solitária, ainda que esporádica e transitoriamente poderá contar com auxílio de alguém ou mesmo de alguma rede, mas não ao ponto de tirá-la da condição solo.

A partir da perspectiva feminista e histórica, a construção social da responsabilização da mulher mãe pelo filho aponta como se configurou a terminologia mãe solteira e suas implicações. Ao atualizarmos para os dias atuais, a expressão mãe solo, muito politizada, vem como substituição à expressão “mãe solteira” e, de modo mais amplo, como tensionadora das condições diferenciais entre monoparentalidade materna e paterna. Essa mudança representa além de um rompimento peremptório com os estigmas que recaem sobre a expressão, relevante mudança cultural e política. À expressão mãe solteira soma-se a noção do cuidado e responsabilidade exclusiva da mulher e a conotação pejorativa do termo, pois remete à condição social da mulher que a diferencia e afasta da noção eurocêntrica de família nuclear como padrão normativo aceito socialmente.

É significativa a apropriação e popularização da terminologia mãe solo representando a ruptura com a concepção pejorativa do termo mãe solteira que tem relação com o estado civil da mulher e, ao mesmo tempo, a identifica moralmente como aquela que cria sozinha os/as filhos/as. O uso ativista da expressão mãe solo situa a militância pela representatividade, bem como faz confronto a essa crítica moral que impõe um padrão universal de família e a necessidade da presença do homem para o exercício da maternidade.

Assim, considerando os movimentos sócio-históricos no Brasil dos séculos XIX e XX é possível pensarmos nos elementos da trajetória discursiva acerca da maternidade socialmente reconhecida e aceita para constituição de modelos e padrões hegemônicos da maternidade ideal. Contudo, tais padrões e modelos, criados como hegemônicos e universalizantes, não abarcam todas as realidades. A maternidade é uma pauta significativa do feminismo, e foram justamente as questões da maternidade que promoveram uma das mudanças mais significativas no movimento, afinal havia diferenças importantes nas reivindicações do movimento, sendo a principal delas a questão racial que trouxe ao debate distintas experiências das mulheres negras e das mulheres não negras.

4. Considerações finais

Nossos interesses nas problematizações analíticas e políticas de se nominar experiências sociais congrega nossas trajetórias pessoais a nossos percursos acadêmicos. Experiência, como bem ensina Avtar Brah (2006), está longe de ser uma diretriz para a verdade, tendo muito mais a ver com uma prática de se atribuir sentido simbólica e narrativamente, sendo também, fundamentalmente, histórica e social (SCOTT, 1998). Nessa direção, as reflexões que trazemos aqui longe de fechar um debate, propõem questões e problematizações a partir da dimensão experiencial das pesquisadoras imbricada ao contexto acadêmico pós lei de cotas e aos ativismos maternos virtuais que

produzem tensionamentos nas práticas de ensino e pesquisa e no modo como se conformam terminologias analíticas. A resistência da segunda autora em substituir a terminologia “mãe solo” pela supostamente mais acadêmica e neutra “monoparentalidade feminina” tanto quanto os incômodos de pares diante das apresentações da primeira autora mostram uma resistência do campo acadêmico em reconhecer a política e a situacionalidade da construção e dos usos das próprias categorias analíticas. Sugerimos, assim, que o acionamento da terminologia “mãe solo” menos do que uma forma definitiva ou substitutiva à “monoparentalidade feminina” pode ser visto como um mecanismo de interpelação ao conhecimento acadêmico, que coloca em questão a correlação entre filiação e conjugalidade, as persistentes desigualdades de gênero no exercício parental e, no limite, também a dimensão do cuidado como um domínio do privado.

Resgatando bell hooks (1952-2021), uma das mais importantes intelectuais ativistas negras do século XX:

Muitas vezes, o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades. Pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta para mais perto do sofrimento, como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisadores para a transformação de nossa consciência e nossas vidas, e de outras, é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e a política racial, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (hooks, 1995, p. 477-478)

Em perspectiva ampla, ao mobilizarmos um pensamento feminista que considere as múltiplas vivências e particularidades da maternidade pretendeu-se, por um lado, romper com a construção social da maternidade que pressupõe um posicionamento romantizado dessa experiência e o mito do amor materno como aponta Badinter (1985). Por outro lado, desconstruir a noção de mãe solo em suas diversas interdições, quando esta ocupa e transita nos diversos espaços de produção do conhecimento, especialmente quando se estabelece o elo mulher negra-mãe atípica na pós-graduação-pesquisadora que toma para si a narrativa da própria experiência.

Em contínuo diálogo com o referencial feminista negro, as estratégias de resistência e permanência, assim como a construção e estabelecimento de redes de apoio configura-se em contexto de ocupação do espaço acadêmico-científico e da universidade alinhando e se fortalecendo na “prática da autodefinição e a experiência como critério de significado”, fundamentos da epistemologia feminista negra (MATA, 2022).

Engendrados no projeto moderno e capitalista do mundo ancoram-se os discursos acerca de gênero, família, ciência, raça, classe, deficiência que

resultam no tensionamento e dificuldade de entrelaçamento entre maternidade e academia, tal como a reflexão aqui apresentada demonstra. Como afirma Luana Fontel (2019, p. 14), para que sejam combatidas as interdições, narrativas e ações que interpelam e “impedem mulheres mães de terem uma experiência saudável e orgânica desse lugar social”, apresenta-se esse trabalho como prática intervencionista sobretudo para fomentar a discussão sobre maternidade intersectada por raça, classe, gênero e deficiência.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, jan. 2006.

BAIRROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. (orgs.) **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

BERQUÓ, Elza. “Perfil demográfico das mulheres chefes no Brasil”. In BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. SP: FCC, Ed. 34, 2002.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CAVENAGHI, Suzana.; ALVES, Jose Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CHO, Sumi, CRENSHAW, Kimberlé e MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. **Signs**, v.38, n. 4, p. 785-810, 2013.

CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender**. California: University of California Press, 1978.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade Etnográfica”. In: **A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998: 17-62.

COLEN, Natália Silva; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As políticas de ações afirmativas e a (des) racialização da universidade: em debate a UFRB e seu



projeto de universidade negra. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, p. 101-121, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser Afetado". **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005, pp. 155-161.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice. Categorias Empíricas e Analíticas: Mães-Solo e Monoparentalidade Feminina. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, 2022.

FONTEL, Luana. **Mães na universidade**: Performances discursivas interseccionais na graduação. Dissertação de M.Sc., Faculdade de Letras/UFRJ. Rio de Janeiro: Brasil, 2019.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n. 2, p. 464-478, 1995.

LEÃO, Thaiz. **Chora Lombard**. Maternidade na real. São Paulo: Gato Preto, 2016.

LEÃO, Thaiz. **O exército de uma mulher só**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.

LEFAUCHEUR, Nadine; MARTIN, Claude. Lone Parent Families in France: Situation and Research. In: HUDSON, Joe; GALAWAY, Burt (eds). **Single Parent Families**: Perspectives on research and policy. Toronto: TEP, 1993.

MATA, Gisele Camilo da. **Quem pode ser mãe:** maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im)possíveis e vivências de estudantes na UFMG. 2022. 169f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2022.

MULLER, Elaine; RODRIGUES, Laís; PIMENTEL, Camila. O tabu do parto: Dilemas e interdições de um campo ainda em construção. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 2, p. 272-293, set. 2015

OLIVEIRA, Leandro. Uma Espécie de Prefácio: saberes localizados sobre violência, gênero e sexualidade. In: GOMES FILHO, Antoniel; SILVA, Lielton; DUARTE, Sandra (orgs). **Violência de Gênero:** resistência em tempos de crise no Brasil. Ideia Editora: João Pessoa/PB, 2017.

PEREIRA, Luena. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, 63(2), e170727, 2020. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2020.170727>

RICH, Adrienne. **Of Woman Born:** Motherhood as Experience and Institution. New York: W. W. Norton & Company, 1976.

RUDDICK, Sara. "Maternal Thinking". In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn. (Orgs.). **Rethinking the family:** Some feminist questions. Boston, Northeastern University Press, 1992, pp.76-94.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, p. 297-325, jun. 1998.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras:** poderes, desigualdades e solidariedades Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

TEMPESTA, Giovana.; CARNEIRO, Rosamaria ; FLEISCHER, Soraya. Das múltiplas faces da fertilidade: Pensando uma antropologia dos úteros. **Amazônica** - Revista de Antropologia, v. 10, n. 1, p. 11-19, ago. 2018.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.** Rio de Janeiro: Editora Male, 2019.

Recebido em: 10 de fevereiro de 2023.
Aceito em: 10 de setembro de 2023.
Publicado em: 16 de novembro de 2023.

